



Assunto: Convite para apresentação de propostas

N/Refª 334/CP

20/07/2020

Procedimento de ajuste direto que visa a execução da empreitada de: “Pavimentação de passeios na Rua do Estoril- Valverde “

1. Entidade adjudicante: Câmara Municipal de Tondela, Largo da República, 16, 3464 – 001 Tondela
2. Decisão de contratar: Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, de 08/06/2020, no uso de competência própria, ao abrigo do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 setembro.
3. Modo de apresentação e entrega da proposta: os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica www.acingov.pt
4. A proposta deverá ser obrigatoriamente entregue até às **23:59 horas do dia 03/06/2020**, pelo concorrente ou seus representantes. Os documentos que constituem a proposta bem como de habilitação são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;
5. O preço base fixado será de 21 148.68€, acrescido de IVA à taxa legal.
 - a) Para a fixação do preço base, teve-se em consideração os preços atualizados do mercado para este tipo de trabalhos, obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35-A. A entidade adjudicante realizou consulta informal ao mercado, consultando nomeadamente a empresa VISETON, Lda.
6. Modo de apresentação das propostas:

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante – Acingov;

 - a) Os documentos que constituem a proposta, assim como todos os demais documentos carregados na plataforma, deverão ser assinados

eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto pela Lei nº 96/2015, de 17 de agosto;

- b) Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder para assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma, também apondo-lhe assinatura digital qualificada, um documento oficial indicado o poder de representação;
- c) No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, por todos designado, submetendo na plataforma o documento atribuído dos poderes de representação.

7. A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Anexo I, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Certidão permanente
- c) Nota Justificativa
- d) Memória Descritiva
- e) Plano de Trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP;
- f) Plano de Segurança e Saúde no Trabalho
- g) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos
- h) Declaração com os elementos que se refere o n.º 4 do art.º 60 do CCP;

A Proposta será expressa em euros, e não incluirá o imposto do valor acrescentado.

- 8. O critério de apreciação das propostas: A adjudicação é feita nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 74º.
- 9. Os documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados são:
 - a) Anexo II
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP.
 - c) Alvará contendo 1ª da 6ª subcategoria da 2ª categoria- Classe 1.



10. Caducidade da adjudicação

- a) A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não entregue os documentos de habilitação ou a caução prevista no ponto 11 no prazo fixado para o efeito, ou quando não entregue essa documentação em língua portuguesa ou acompanhada de tradução devidamente legalizada;
- b) Caso as situações previstas no número anteriores verifiquem por facto não imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido um prazo para proceder à apresentação dos documentos em falta;
- c) Verificada a caducidade, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

11. É exigível a apresentação de caução de 5% do valor da adjudicação, nos termos do n.º1 do artigo 89º do CCP.

12. É de exigir a redução do contrato a escrito nos termos do n.º1 do artigo 94º do CCP.

13. O prazo de manutenção das propostas é de 66 dias, após a entrega das propostas.

14. Em tudo o omissso observar-se-á as disposições constantes no Decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-lei 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal

José António Gomes de Jesus, Dr.